

HD

HABEAS DATA



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

ENTREVISTA
POUL ERIK DYRLUND
BIÊNIO 2015 | 2017

Presidente:

Desembargador Federal Poul Erik Dyrlund

Vice-Presidente:

Desembargador Federal Reis Friede

Corregedor Regional:

Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

Diretor Geral:

Roque Bonfante de Almeida

Assessora de Comunicação Institucional:

Viviane Gorgati Viegas

Redação:

André Camodego e Marcelo Ferraz

Revisão:

André Camodego

Impressão e Acabamento:

Coordenadoria de Produção Gráfica - CPGRAF

Projeto Gráfico, Diagramação e capa:

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO/SED

Designer: Natália Rio Apa

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site: www.trf2.jus.br

ENTREVISTA: POUL ERIK DYRLUND

Seja qual for o tema da pergunta, em se tratando de entrevista com o desembargador federal Poul Erik Dyrlund, há uma boa chance de que a resposta inclua menção à importância do diálogo e da soma de opiniões diversas, e mesmo antagônicas, para a solução de qualquer questão. Em sua fala, o magistrado não perde a oportunidade de destacar seu apreço pela conciliação e pela busca de consenso: “A pluralidade de opiniões e pensamentos enriquece o debate e aponta o caminho. Pretendo exercer uma presidência o mais participativa possível e espero contar com a orientação dos meus pares, para que tenhamos uma gestão harmônica e proveitosa”, garante.

Por outro lado, Poul Erik diz que as metas da sua gestão estão bem definidas e que sua pauta se dividirá entre medidas nas áreas jurisdicional e administrativa. Mas ele ressalva que essa divisão está sendo feita apenas por uma questão de organização prática e não por considerar a precedência de uma área sobre a outra: “Se o plano administrativo não funciona bem, acabamos por ter inviabilizada nossa atividade fim, que é a prestação da tutela jurisdicional”, alerta.



Habeas Data - Como vai ser a sua atuação na Presidência?

Poul Erik - Pretendemos dar continuidade às conquistas alcançadas pela gestão do desembargador federal Sergio Schwaitzer, que foi marcada pelo implemento de iniciativas importantes para o desenvolvimento dos serviços prestados ao cidadão e para a melhor racionalização da administração, garantindo uma eficiência inaudita às nossas atividades.

Sobretudo, considero fundamental o aperfeiçoamento do processo eletrônico, que ainda é uma realidade recente na Corte, bem como seguir com as obras de readequação das nossas instalações físicas, de acordo com o seu planejamento, a fim de que o Tribunal possa comportar eficazmente o crescimento constante da demanda jurisdicional e da nossa própria estrutura, considerando a expectativa de aumento do nosso quadro de magistrados, para um futuro próximo. Para sintetizar, atuaremos com foco no aperfeiçoamento da gestão judiciária e no da gestão administrativa, porque essas áreas são interdependentes. Se o plano administrativo não funciona bem, acabamos por ter inviabilizada nossa atividade fim, que é a prestação da tutela jurisdicional.

HD - O senhor pode adiantar medidas que serão tomadas em ambas as áreas?

PE - Em primeiro lugar, quero destacar a necessidade de promovermos o bem estar do servidor e também do magistrado. A realidade atual é de muita cobrança, por conta das metas de produtividade que o próprio Judiciário se impõe. Essas metas são importantes, porque significam uma resposta às expectativas da sociedade, mas a pressão para o seu cumprimento tem consequências. É preciso que se diga que contamos com quadros de juízes e servidores com

postos por pessoas extremamente dedicadas, mas enfrentamos hoje um índice elevado de licenças médicas relacionadas às atividades laborais.

Nesse quadro, que se repete em todo o país, reputo ser significativa a realização do Fórum Nacional de Saúde, de iniciativa do CNJ, que será sediado no Rio de Janeiro e está sendo inteiramente organizado pelo TRF2. O propósito do encontro reflete uma preocupação inédita da instituição, que visa à criação de uma política nacional de saúde voltada para o público interno do Judiciário. A valorização do trabalhador vai além da questão remuneratória, que, aliás, não depende de nós. A reforma da nossa sede e a alocação dos setores administrativos em outros endereços, próximos ao TRF2, também se relaciona com a questão do bem-estar das nossas equipes. Dentro das nossas limitações orçamentárias, essas medidas, que tiveram início na gestão Sergio Schwaitzer, objetivam garantir maior conforto para todos, a par de resolver nosso problema crônico de espaço e atender a critérios de acessibilidade, economia energética e responsabilidade socioambiental.

HD - E na área judicial?

PE - Nosso objetivo vai ser continuar trabalhando para o aprimoramento do processo eletrônico, que já é uma experiência bem sucedida no TRF2. A distribuição de processos mensal é hoje significativamente maior em meio eletrônico, sendo cerca de dez vezes maior que o total de novas ações que ingressam em papel. O TRF2 tem em tramitação pouco mais de 120 mil processos, dos quais quase 80 mil são físicos, mas essa realidade não deve demorar a mudar.

Dentre as vantagens dessa nova configuração do nosso acervo está a de que o processo eletrônico permite a

unificação da estrutura administrativa das Turmas Especializadas, visto que o processo eletrônico possibilita o enxugamento de procedimentos e a redução do número de servidores nesses setores. Com isso, podemos redirecioná-los para reforçar as equipes da área judicante, onde há mais necessidade de pessoal. Aliás, esse processo de racionalização de setores através da unificação de atividades idênticas desenvolvidas pelo TRF2 e pelas Seções Judiciárias já vem ocorrendo nos serviços administrativos. Sua finalidade é a busca da qualidade, do aumento de produtividade, da redução de custos operacionais e do combate ao retrabalho.

HD - *Voltando à questão das metas, a solução de conflitos pela conciliação vem sendo, há dez anos, o carro-chefe das políticas institucionais traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, o que se pode esperar nessa área, durante sua gestão?*

PE - Só em 2014, o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos do TRF2 realizou 54 mutirões de conciliação, envolvendo temas variados como os financiamentos do SFH, o pagamento de gratificações de desempenho da União, danos morais e materiais pedidos em face da Caixa Econômica Federal e dos Correios, questionamentos de cobranças relativas a créditos comerciais da Caixa e direitos previdenciários, entre outros. Foram realizadas, no período, 3.555 audiências, das quais mais de 66% terminaram em acordo. Esse investimento na conciliação atende, pelo menos, a duas metas nacionais do Judiciário designadas pelo CNJ, para serem implementadas até 2020: a adoção de soluções alternativas de conflitos e a redução do volume de ações envolvendo grandes litigantes. Por conta disso, considero de suma importância aprimorar a parceria com os entes públicos mais demandados judicialmente, já que

a maioria dos nossos mutirões são feitos a partir de convênios firmados com a Caixa, com o INSS, com os Correios e com a AGU.

HD - *O Judiciário, apesar de todos os seus esforços, continua sendo lembrado pela sociedade pela morosidade na solução das ações. O que fazer para enfrentar o problema?*

PE - A nossa porta de entrada para o acesso à Justiça são os juizados especiais federais, e eles estão indo muito bem. Costuma-se dizer, inclusive, que essas unidades judicantes são vítimas de seu próprio sucesso, em razão do imenso volume de ações que recebem. Isso reflete seu bom desempenho e o fato de que o cidadão aprendeu a procurar a Justiça para exigir seus direitos. Penso que temos de valorizar cada vez mais a sistemática dos juizados.

Por outro lado, entendo que a educação para o direito e para a cidadania ainda precisa de muito investimento no Brasil. Veja que a Justiça Federal é uma ilustre desconhecida até dos graduandos em direito e nas faculdades não há uma cadeira voltada para nossa área de competência. Esse conhecimento poderia permitir que muitos conflitos fossem evitados e talvez contribuísse para reduzir a judicialização de problemas banais, como ocorre hoje no nosso país. Ao mesmo tempo, se a sociedade tivesse acesso a mais informação, o debate sobre os problemas do sistema judicial poderiam estar mais maduros, haveria mais questionamentos, por exemplo, sobre a questão do excesso de recursos cabíveis pelas regras processuais. A pluralidade de opiniões e pensamentos enriquece o debate e aponta o caminho. Pretendo exercer uma presidência o mais participativa possível e espero contar com a orientação dos meus pares, para que tenhamos uma gestão harmônica e proveitosa.

Serviço de Informação ao Cidadão | TRF2

(21) 2282-8130 | (21) 2282-8484
sic@trf2.jus.br

Ouvidoria | TRF2

(21) 2282-8196
ouvidoria@trf2.jus.br

Assessoria de Comunicação Institucional | TRF2

(21) 2282-8030
Twitter: [Trf2Imprensa](https://twitter.com/Trf2Imprensa)
acoi@trf2.jus.br

TRF2

Rua Acre, 80, Centro - Rio de Janeiro
(21) 2282-8011 | (21) 2282-8014
www.trf2.jus.br